

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PORTALEGRE - RN: AS EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL - PAPP E PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL - PCPR

Ana Valéria Marques Barros

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus CAMEAM, Pau dos Ferros-RN
valeriamarques7@hotmail.com

Boanerges de Freitas Barreto Filho

Prof. Esp. Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus CAMEAM, Pau dos Ferros-RN
banerges.sms@hotmail.com

Resumo:

O presente trabalho objetivou analisar a economia solidária e as organizações sociais enquanto mediadoras do processo de aquisição de recursos, bem como as contribuições que as políticas públicas de fomento a este segmento podem proporcionar ao desenvolvimento local dos pequenos municípios. Os pressupostos deste estudo é que a prática associativa tem influenciado os processos de desenvolvimento local nos municípios rurais e especificamente em Portalegre - RN, por meio da mediação de programas e projetos governamentais voltados para o combate à pobreza rural. Dessa forma, a pesquisa assume caráter analítico, por se dar através da análise das informações selecionadas pela pesquisa bibliográfica e documental, e de caráter qualitativo, por utilizar-se da técnica da entrevista semiestruturadas junto aos presidentes/sócios das associações, além de outros atores considerados indispensáveis para compreensão do estudo (líderes religiosos, poder político local), além das observações de campo e da pesquisa documental em registros das próprias organizações. A análise revela que a economia solidária ocupa um papel ainda marginal na economia capitalista brasileira, mas por ter surgido a partir da iniciativa dos movimentos sociais para encontrar uma alternativa ao desemprego ou para melhorar a renda de trabalhadores inclusive rurais, vem sendo ampliada com o apoio de entidades governamentais, podendo vir a se constituir em importante contribuição para a inclusão socioeconômica da população mais pobre e para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Economia Solidária. Políticas Públicas. Associativismo. Combate a Pobreza Rural.

SOLIDARITY ECONOMY IN PORTALEGRE - RN: THE EXPERIENCES OF THE PROGRAM TO SUPPORT RURAL SMALL PRODUCER - PAPP AND RURAL POVERTY PROGRAM COMBAT - RPRP

Abstract:

The present study aimed at analyzing the social and economic solidarity organizations as mediators of the resource acquisition process as well as the contributions which public policies to encourage for this segment can providing the local development of small municipalities. The assumptions of this study is that associative practice has influenced the processes of local development in rural municipalities and specifically in Portalegre - RN, through the mediation of governmental programs and projects geared towards combating rural poverty. In this way, the research assumes analytical character, by give if by analyzing the by selected bibliography and documentary research info, and of qualitative nature and to utilize be of the technique of semi structured interviews with to the presidents / associates of associations, and other stakeholders considered indispensable for understanding the study (religious leaders, local political power) in addition the field observations and

documentary research records in the organizations themselves. The analysis reveals that the solidarity economy still plays a marginal role in Brazil's capitalist economy, but why have emerged from the initiative of social movements to find an alternative to unemployment or improve incomes of including rural workers, are being enlarged with support from government entities and could be an important contribution to socioeconomic inclusion poor population and towards local development.

Keywords: Solidarity Economy. Public Policy. Associativism. Fighting Rural Poverty.

1 Introdução

Um dos principais debates no campo da Economia Solidária se refere às suas potencialidades e limitações no enfrentamento dos problemas decorrentes da desestruturação do mercado de trabalho e da reestruturação produtiva. Diante dessa premissa, tem-se verificado nas últimas décadas, o surgimento de movimentos sociais e políticas públicas que visam desenvolver um modo alternativo de obtenção de subsistência e melhoramento nas condições de vida têm crescido no Brasil.

Desde então a econômica solidária vem se destacando, a partir do princípio do trabalho cooperativo, a propriedade coletiva dos meios de produção e a preservação dos postos de trabalho, visando à solidariedade ao invés da competição. A cooperação entre os trabalhadores visa minimizar as dificuldades presentes no trabalho autônomo individual, ampliando a possibilidade de sobrevivência das atividades.

Reconheceu-se que nas regiões e locais onde a economia se encontra fragilizada o uso de práticas solidárias e do trabalho coletivo facilitam o acesso aos programas e projetos de âmbito governamental e não governamental, ou seja, entendeu-se que a constituição de organizações associativas representa uma forte estratégia na aquisição de benefícios como, por exemplo, dos Programas de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) e do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR).

O Rio Grande do Norte foi pioneiro na captação desse tipo de financiamento graças à parceria feita entre o Governo Federal e o Banco Mundial para execução do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Norte e uma das condicionalidades estabelecidas era a necessidade de formação de grupos cooperativos ou associações.

Os municípios que obtiveram desempenho mais satisfatório acabaram por ter seus conselhos constituídos para articulação de diversos tipos de programas e fontes de financiamentos, bem como, para o desenvolvimento de novas experiências de governança local. Assim, o enfrentamento da pobreza passou a considerar as especificidades locais, estimulando-se a cooperação e a geração de novas competências para o público alvo.

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva entre outros, verificar os aspectos mais relevantes sobre os subprojetos financiados pelos programas PAPP e PCPR, além de discorrer sobre o processo de organização associativa em Portalegre – RN, apresentando as contribuições dos subprojetos exitosos para a melhoria das condições de vida e para a geração de renda.

Em relação aos procedimentos metodológicos, além da pesquisa bibliográfica e documental foi realizada também pesquisa de campo e aplicação de entrevistas com os principais atores sociais do município, ou seja, representantes da comunidade local, com os dirigentes das associações comunitárias e demais agentes envolvidos.

2 Considerações sobre a economia solidária

Sua origem pode ser associada ao crescimento da pobreza e da miséria como ponto de contradição do modo de produção capitalista.

Singer (2000) propõe que a Economia Solidária se constitui numa possível estratégia de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego.

De acordo com o autor

A construção da economia solidária [...] aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente [...] (SINGER, 2000, p. 138).

As modalidades que compõem a Economia Solidária são múltiplas. Algumas surgem de movimento espontâneo dos trabalhadores, como a união daqueles que perderam o emprego em pequenas unidades produtivas, outras de pequenos produtores que se unem em redes para comprar e vender em conjunto, outras de trabalhadores que assumem empresas falidas e, também de outras diferentes formas de associações de agricultores familiares que, é mais enfatizado nessa pesquisa, principalmente, a formação de associações como condição necessária para captação de recursos para o enfrentamento da pobreza rural.

Segundo Gaiger (2002), desde o século XIX, registraram-se tentativas de novas formas comunitárias e democráticas de organizar a produção e o consumo como respostas as aspirações de igualdade econômica e a necessidade de garantir meios de subsistência para a massa de trabalhadores.

No Brasil, a situação não foi diferente da maioria dos países, também foi à necessidade de criar mecanismos inovadores de geração de trabalho e renda que pudessem ultrapassar a lógica do sistema capitalista, visto que, significativo contingente populacional não conseguia inserção no mercado de trabalho formal. Ressalta-se, novamente, que a inserção econômica não foi, nem é, a única motivação para organização de empreendimentos solidários, embora se verifique que o esgotamento do modelo de crescimento econômico baseado na substituição de importações coincida com o crescimento de tais iniciativas.

Como se sabe, a partir de 1980, a economia brasileira passou a evidenciar a interrupção do ciclo de industrialização, resultando numa nova conjuntura histórica. A estagnação econômica ocorreu paralela à crise de financiamento do Estado, interrompendo os avanços do processo de estruturação do trabalho formal. Durante a crise milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuando a exclusão social.

A adversidade econômica induziu o aparecimento de novas iniciativas que pudessem assegurar a sobrevivência dos grupos excluídos ou em vias de exclusão. Tais iniciativas assumiram, em geral, a forma de cooperativas ou associações produtivas sobre diferentes modalidades, porém autogestionárias (SANTOS 1998).

Ademais, a expansão se deu a partir de instituições e entidades que passaram a apoiar iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e Economia Solidária, etc. A articulação ocorre através de vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Nos últimos anos tem crescido o apoio de governos municipais e estaduais. Esse apoio tem se manifestado no aumento de programas de Economia Solidária, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização etc.

Fruto do intercâmbio das iniciativas tornou-se constante o movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de Economia Solidária. Pode-se afirmar que, a ideia ganhou status de política pública.

Também no Rio Grande do Norte, essa nova forma de se fazer economia, constitui-se como uma estratégia de geração de emprego e renda e de enfrentamento do desemprego e exclusão social, combatendo assim, a extrema pobreza do estado. O mapeamento recente desses empreendimentos de Economia Solidária, realizado no RN pelo Governo Federal, revelou a existência de aproximadamente 1.200 empreendimentos, distribuídos na zona rural e urbana, onde se encontram organizados nas suas diferentes formas, promovendo a produção, consumo e a comercialização de produtos e serviços (MANUAL PCPR II, 2008).

A institucionalização ocorreu com a lei de fomento a atividade, com a criação do Conselho Estadual e do Fórum Estadual e com suas plenárias territoriais. O Conselho composto de representação da sociedade civil e governo foi empossado em agosto de 2007 aonde vem desenvolvendo papel importante no fomento da Economia Solidária no estado (MANUAL PCPR II, 2008).

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte desenvolve suas ações de combate à extrema pobreza e inclusão social numa perspectiva da geração de postos de trabalho e renda através da Secretaria Estadual do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS. A Secretaria, através da Coordenadoria de Projetos Especiais – COPEs, é uma das instituições na esfera estadual a operacionalizar as políticas e ações na área da Economia Solidária (MANUAL PCPR II, 2008).

A COPEs foi criada como unidade administrativa no âmbito da SETHAS pelo decreto nº 15.979, de 28 de março de 2002, com o objetivo de formular e implementar ações capazes de contribuir para redução da pobreza rural e do desenvolvimento sustentável por meio de investimento em infraestrutura básica e produtiva. Nos últimos anos a COPEs esteve responsável por executar o Programa de Combate/Redução da Pobreza Rural – PCPR por meio do Programa de Desenvolvimento Solidário – PDS, promovendo financiamento, capacitação, e assessoramento técnico às iniciativas associativas e/ou cooperativas no Estado do Rio Grande do Norte (MANUAL PCPR II, 2008).

2.1 Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) foi um programa de assistência rural que contou com o apoio financeiro do Banco Mundial (BIRD). Foi implementado a partir de 1985 e estimulava as comunidades rurais, através de entidades representativas, a pleitearem os recursos a fundo perdido. Em contrapartida as entidades assumiam a responsabilidade de implantar e, principalmente, manter os projetos. O PAPP só podia ser acessado mediante a participação de uma associação comunitária interessada, exigindo-se a participação da população alvo nas ações. Não se fazia restrição ao tipo de projeto, sendo, no entanto, mais comuns projetos de fomento as atividades produtivas, de infraestrutura ou social (SOARES, 1997).

Segundo a avaliação de Planejamento e Políticas Públicas, realizada pela Coordenação Geral de Políticas Públicas do IPEA em 1997 junto às associações que foram beneficiadas por projetos produtivos financiados pelo PAPP, observou-se que as ações que apresentaram

perspectivas satisfatórias de sustentabilidade tinham em comum uma associação comunitária atuante, que diferia das demais, essencialmente, quanto à consciência e a forma de atuação. Já os projetos sociais e de infraestrutura tiveram vida útil pequena, na medida em que as comunidades não foram preparadas para realizarem a manutenção dos equipamentos e obras, nem devidamente treinadas para dar continuidade aos projetos (IPEA, 2000).

2.2 Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR

O Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) Foi um instrumento de política pública com foco na redução da pobreza e promoção do desenvolvimento endógeno, mediante a articulação e a integração de recursos locais e externos, e participação ativa da população local e de suas organizações representativas na gestão dos bens e serviços, assim como dos empreendimentos financiados. Essa ação financiou subprojetos comunitários de interesse das comunidades localizadas nas áreas mais pobres, como meio de promoção do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida das populações (BRACERAS, MENESES, 2002).

Sua ação foi direcionada para o financiamento de projetos de investimentos de interesse das comunidades rurais mais pobres do estado, financiando pequenos investimentos (subprojetos comunitários) direcionados às ações de infraestrutura sócio produtiva, geração de ocupação e renda e atividades socioculturais e ambientais. Ademais, as associações foram responsabilizadas, junto com os conselhos e com assessoria de organizações governamentais, não governamentais, movimentos sociais, pela identificação, elaboração, execução e gestão dos projetos, assumindo toda e qualquer responsabilidade pelo sucesso e/ou insucesso dos projetos implantados (BRACERAS, MENESES, 2002).

A população beneficiária potencial das políticas de combate à pobreza no Rio Grande do Norte nos municípios cobertos pelo PCPR II “é de, aproximadamente, 1,1 milhões de pessoas, considerando-se o índice de 40% para aqueles que vivem em extrema pobreza, isto é, aquela parte da população que não tem renda suficiente para comprar uma cesta básica de alimentos de 2.288 calorias/dia para cada membro domiciliar” (BRACERAS, 2004, p. 24).

3 Experiência PCPR e PAPP no Município de Portalegre – RN

O município de Portalegre situa-se no estado do Rio Grande do Norte, localizado no Pólo Serrano da Mesorregião do Oeste Potiguar, microrregião de Pau dos Ferros. O município possui, de acordo com a estimativa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2010, uma população de 7.320 habitantes e tem uma área territorial de 110,054 km².

O município de Portalegre conta com a formação de um conselho para deliberar as ações e por em prática soluções econômicas e sociais benéficas ao município. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Integrado, Sustentável e Solidário - CMDIS tem como objetivo principal, articular, debater, analisar, fiscalizar, informar e divulgar projetos de interesses econômicos, sociais e ambientais das organizações sociais e/ou produtivas voltadas para o desenvolvimento local. O conselho também tem a função de estimular e apoiar esses projetos, por meio de convênios, parcerias e financiamentos estabelecidos com órgãos gestores, entidades e instituições públicas ou privadas que venham a fortalecer o controle e a participação social na política municipal e desenvolvimento local. Este conselho era o anteriormente conhecido como Fundo Municipal de Apoio Comunitário-FUMAC.

O funcionamento e a organização do conselho são disciplinados pelo seu regimento interno, aprovado em assembleia e a convocação para a constituição do CMDIS é de responsabilidade dos representantes da sociedade civil e do poder público municipal.

3.1 Projetos e Subprojetos Comunitários

O projeto é constituído por subprojetos comunitários; desenvolvimento institucional e administração do projeto. Este se destina a apoiar, através de financiamentos não reembolsáveis, investimentos produtivos, de infraestrutura e sociais que são os subprojetos comunitários, identificados, selecionados, planejados, solicitados, executados, fiscalizados e controlados por grupos de beneficiários, através de suas organizações representativas legalmente constituídas nas comunidades rurais e sedes municipais de até 7500 habitantes. O projeto financia subprojetos de infraestrutura básica social, porém, tem prioridade voltada para os de natureza produtiva que resultem na geração de oportunidades de trabalho e renda. Além do financiamento dos subprojetos os beneficiários dispõem ainda de recursos para a contratação de assistência técnica.

Os subprojetos de natureza produtiva têm a seguinte forma: Aqueles voltados para o mercado privado; os voltados para o mercado institucional e aqueles mais diretamente vinculados a cadeias produtivas. Nesse caso as organizações responsáveis pela gestão dos subprojetos comunitários destinarão parte da receita dos subprojetos produtivos para constituição de fundos comunitários, destinados á cobertura de despesas com operação e manutenção dos subprojetos e á realização de investimentos a serem destinados em assembleia geral das organizações comunitárias.

São elegíveis todos os subprojetos comunitários com orientação de mercado, tais como, agrícolas, não agrícolas e serviços. Será dada prioridade aos subprojetos produtivos que contemplem, em suas propostas, a integração das ações a serem implementadas, com os requisitos necessários a perspectiva da produção, com custos, receitas e mercado. A priorização e aprovação das propostas de financiamento são de inteira responsabilidade dos conselhos Municipais.

Em se tratando dos aspectos associativistas, pode-se dizer que qualquer que seja o tipo de associação ou seu objetivo, este é um meio jurídico de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses e que sua constituição permite a obtenção de maiores e melhores condições para a realização dos seus objetivos, do que as que os indivíduos teriam isoladamente.

A prática associativa em Portalegre teve seus primórdios por volta do ano de 1986, através do Pe. Dário Tórbole, que é de origem italiana, e passou a ser lotado na comunidade portalegrense e nela permanece até os dias atuais. Com sua origem no meio rural e uma vasta experiência em atividades agrícolas associativas, adquirida na convivência com seus familiares no seu país de origem, o padre Dário (como é chamado) ao constatar a situação de pobreza em que se encontravam os agricultores locais, passou a preocupar-se com a realidade apresentada, dando início a organização das famílias trabalhadoras rurais, visualizando a possibilidade de desenvolver práticas solidárias no plantio, colheita, comercialização e armazenamento da produção agrícola do município.

Sendo assim, o Pe. Dário foi o principal fundador, que deu o passo inicial para implantar as bases associativista no município de Portalegre. Uma das principais intenções era conseguir recursos financeiros para ajudar os agricultores das pequenas comunidades rurais, que eram num total de quarenta e cinco no início. Estes recursos seriam provenientes da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que estava implantando

projetos para esse tipo de público, porém pra aquisição, era necessário certo grau de organização entre os beneficiários para sua consecução (Hermes Dias).

A partir daí, foi mobilizado um grupo de voluntários, grande parte ligados à igreja, para cadastrar no município as famílias rurais. O primeiro projeto implantado foi o São Vicente, que era uma reprodução adaptada do modelo executado na Itália pela Associação dos Vicentinos, de iniciativa do Pe. Vicentino, que organizaram em diversas cidades da Europa associações rurais para ajudar os agricultores pobres e suas famílias durante toda sua trajetória na Igreja daquela região (JALES, 2009).

Desde então, Pe. Dário abraçou a causa dos pequenos agricultores do município e lutou por sua organização social. Portalegre conta com um conjunto de ações que foi bastante significativo para tentar dinamizar e fortalecer a economia local, dentre as quais está a organização de inúmeras associações comunitárias para captação de recursos a fundo perdido, para investimento na infraestrutura (eletrificação, abastecimento etc.) e no fortalecimento e criação de cadeias produtivas.

Atualmente, o município conta com 51 subprojetos, pelo Programa Desenvolvimento Solidário, com um investimento no valor de R\$ 2.342.725,53, sendo este valor já totalmente investido. A maior parte dos recursos foi investida na área de infraestrutura, em seguida estão os de caráter produtivo e por último os de categoria social. O número de famílias associadas a esses projetos é de 508, totalizando um número de 884 pessoas associadas no município (SETHAS – SMI, 2014).

Os subprojetos de categoria produtiva são os mais complexos de serem implantados, pois precisam de estudos de viabilidade econômica, condições para a produção, capacitação do produtor, entre outros pré-requisitos. Não bastando apenas adquirir o financiamento e injetá-lo na comunidade rural, sem antes realizar todo um trabalho árduo de organização, conscientização, motivação e planejamento junto à comunidade; para que ao concretizar o projeto ele possa ter continuidade e sustentação, podendo assim contribuir para redução da pobreza.

Portalegre conta atualmente com o número de 19 associações, cada uma dessas, pleitearam recursos através dos programas PAPP e PCPR no período de 1989 a 2009 nas esferas produtivas, de infraestrutura e social, sendo a maioria de infraestrutura, em seguida de caráter produtivo e por último os projetos sociais.

a) Associação das Pequenas Comunidades Rurais de Portalegre – APCRP- (1989)

A associação das pequenas comunidades Rurais de Portalegre- APCRP é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 05 de julho de 1989 com sede em Portalegre, e que abrange todos os sítios do município. Sua criação contou com o apoio da igreja católica e com representantes do alto clero da diocese de Mossoró. Esta tem por objetivos estudar e buscar soluções para os problemas de ordem econômica e social dos associados e da comunidade; e também unir os associados, em suas respectivas comunidades, buscando a organização nas reivindicações de seus interesses (Ata de Fundação APCRP, 1989).

Conta atualmente com um quadro social de 145 sócios. Sua principal atividade está relacionada ao beneficiamento e comercialização da produção de castanha dos membros associados, por meio de sua mini fábrica de beneficiamento, implantada no ano de 2006.

O projeto trouxe melhorias para os produtores de castanha, pois estes passaram a entregar sua produção à mini fábrica, eliminando assim os atravessadores que outrora compravam toda a produção a preço injusto prejudicando bastante o produtor. Possibilitou a agregação de renda dos produtores do produto in natura; redução dos custos de produção; oferta do produto com qualidade mais elevada e ainda acesso ao mercado externo.

b) Associação dos produtores Rurais de Portalegre RN – APRUP (1993)

A associação dos produtores rurais de Portalegre – APRUP foi fundada em 28 de março de 1993, sendo uma associação sem fins lucrativos, iniciada com 170 sócios, com sede em Portalegre na praça do caju, N°361, Centro de Portalegre com foro também nesse município (ATA DE FUNDAÇÃO APRUP, 1993).

Segundo um dos idealizadores e sócio fundador da APRUP, Manoel de Freitas Neto, a partir dessa associação vários subprojetos foram adquiridos inclusive um dos principais foi à indústria de beneficiamento de suco de caju, que se deu em razão da necessidade de atender a demanda da produção dos agricultores locais, uma vez, que essa entendia que a APCRP restringia sua atividade sem mediar ações de programa de projetos governamentais de combate à pobreza rural, visto que havia mercado garantido para a castanha, porém, não havia na cidade comprador para o caju, o qual acabava desperdiçado.

c) Experiência da Bovinocultura em Portalegre (1995)

A partir da formação da APRUP, alguns subprojetos foram feitos para aquisição de recursos junto ao PAPP. Um deles foi o de Bovinocultura, pleiteado em 1993. O projeto beneficiou produtores das comunidades rurais do sitio Lages, Baixa Grande, Genipapeiro e Bom Sucesso. O objetivo do projeto era oferecer oportunidade ao mini produtor, que dispunha de suporte forrageiro, a oportunidade de possuir uma vaca para fornecer leite a sua família; possibilitar ao produtor a recuperação do rebanho bovino que fora dizimado nos anos de seca; aumentara renda familiar; contribuir para a fixação do homem no campo e melhorar o nível de nutrição das famílias.

Segundo Neto que era o presidente da associação na época, quem soube levar o projeto corretamente, progrediu muito, chegando a possuir um considerável rebanho de bovinos a partir da matriz recebida, conta ele o exemplo de um produtor do sitio Pimenta. Outros tiveram insucesso devido a diversas razões como, por exemplo, venda dos animais; mau trato entre outras razões.

d) Associação Comunitária Dos Criadores De Aves Caipira (2000)

A associação Comunitária dos criadores de aves caipira, foi fundada em 18 de maio de 2000, como conta em seu estatuto, e é uma entidade representativa da comunidade, autônoma, de utilidade pública, sem fins lucrativos e de duração indeterminada.

Cerca de 60 famílias foram beneficiadas com a criação de aves caipiras e o valor investido foi de R\$ 18.125,00 através do PCPR I, segundo dados do portal do beneficiário RN.

e) Associação Comunitária dos Artesãos de Portalegre (2000)

A associação tem como objetivos promover o desenvolvimento da comunidade através da administração do projeto de artesanato, da construção de uma casa do artesão e de outras obras e melhoramentos que venham obter com recursos próprios, por doações, convênios ou empréstimos; promover aos associados e seus dependentes, atividades econômicas através da produção de artesanato; desenvolver atividades diretamente ou através de instituições públicas e/ou privadas com o objetivo de criar e desenvolver o artesanato local, gerando oportunidades de trabalho e melhoria da qualidade de vida dos associados.

f) Experiência Apicultura em Portalegre /RN– APCRP – (2000)

O subprojeto de apicultura tratava-se de sugerir um tipo de ação de caráter associativo, que buscava apoiar a implantação e o desenvolvimento de pequenas criações de abelhas na comunidade rural. A importância social e econômica dessa ação sugeriu que ela fosse consubstanciada na forma de subprojeto para receber apoio do PAPP.

O projeto de apicultura envolvia 20 apicultores, que mantinham 200 colmeias produzindo mel de forma racional e com características de mel orgânico, considerando-se a ausência de agrotóxicos na flora ou antibióticos para o combate às doenças das abelhas (TRIBUNA DO NORTE, 2003).

g) Experiência Piscicultura em Portalegre/RN – PAPP – (2001)

Em 2001 foi celebrado um convênio entre a Secretaria de Estado da Ação Social-SAES, com objeto a criação de peixe conforme proposta de subprojeto de natureza produtiva apresentada pela entidade à coordenadoria do PAPP, sob N° 1959, destinado à comunidade Lages.

O subprojeto beneficiou diretamente 10 famílias, sendo o responsável pela família o pescador. Segundo relatos do Sr. Amilton Gurgel, presidente da Associação do sítio Lages e participante do subprojeto, os produtores receberam todo o material necessário para o início da atividade (tanque-rede, construção de tanques terrestres, ração) e uma remessa de peixes, receberam ainda uma capacitação do SEBRAE, que orientavam os pescadores todo o procedimento para criação e cultivo e venda do pescado.

h) Associação de Jovens Padre Dario Torboli - Banda de Música (2005)

O subprojeto da banda de música foi criado em 23 de julho de 2005, de categoria social e é direcionado aos jovens do município de Portalegre, buscando através da musicalização a inclusão sociocultural e uma futura profissionalização, além de desenvolver a criatividade, o espírito associativista dos beneficiários (ATA DE FUNDAÇÃO, 2005).

A proposta era a aquisição de instrumentos musicais e um local para os mesmos se reunirem. A gestão do subprojeto é de responsabilidade dos beneficiários em parceria com a Igreja Católica que contratou um maestro, como também é responsável pela manutenção do equipamento. O valor total do empreendimento foi de 56.301,84 e foram oriundos do subcomponente FUMAC do PCPR II, objeto do acordo N° 4667-BR e conta com 65 sócios (CONVÊNIO SETHAS/PCPR II - N°0648/2005).

O subprojeto da banda de música foi criado em 23 de julho de 2005, de categoria social e é direcionado aos jovens do município de Portalegre, buscando através da musicalização a inclusão sociocultural e uma futura profissionalização, além de desenvolver a criatividade, o espírito associativista dos beneficiários (ATA DE FUNDAÇÃO, 2005).

A proposta era a aquisição de instrumentos musicais e um local para os mesmo se reunirem. A gestão do subprojeto é de responsabilidade dos beneficiários em parceria com a Igreja Católica que contratou um maestro, como também é responsável pela manutenção do equipamento. O valor total do empreendimento foi de 56.301,84 e foram oriundos do subcomponente FUMAC do PCPR II, objeto do acordo N° 4667-BR e conta com 65 sócios (CONVÊNIO SETHAS/PCPR II - N°0648/2005).

4 Considerações finais

O estudo ora apresentado preocupou-se em evidenciar a prática solidária, envolvendo as formas associativas nos pequenos municípios rurais enquanto mediadoras do processo de aquisição de recursos através das políticas públicas especializadas, bem como, os processos de mudanças sociais e sua importância para o desenvolvimento local.

Percebe-se que o Rio Grande do Norte foi pioneiro na primeira geração desses financiamentos graças à parceria feita entre o Governo Federal e o Banco Mundial para execução do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Norte. E que para aquisição desses recursos era necessário certo grau de organização por parte das comunidades.

O trabalho pôde identificar que o início do associativismo produtivo em Portalegre teve início em 1986, através do envolvimento de um líder religioso com experiência em práticas solidárias de forma organizada em seu país de origem (Itália), sendo que a primeira associação formalmente institucionalizada (APCRP), só foi implantada em 1989, após a execução do Projeto São Vicente que foi o pioneiro. A mobilização dos agricultores em Portalegre se deu objetivando organizar os pequenos produtores rurais com ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para que esses pudessem ter acesso a projetos governamentais, como o Projeto São Vicente, que foi financiado pela SUDENE na época, e assim amenizar a condição de pobreza em que se encontravam as populações da área rural.

Nesse sentido pode-se observar que o incentivo estatal, inseridos nas normas das políticas públicas, foi considerado o principal motivador da formação e expansão de 90% das associações surgidas no município de Portalegre no período de 1989 a 2013.

O pouco envolvimento dos sócios na vida associativa juntamente com a falta de consciência dos princípios associativos como o da solidariedade e também a cooperação das organizações estudadas, revela-se como um dos principais problemas a serem enfrentados na formação sócio-política de seu quadro social.

Das dezenove associações de produtores rurais existentes no município, somente três conseguiram progredir e manter-se sustentável ao longo do tempo, sendo uma delas a APRUP, com a fábrica de beneficiamento de suco integral, a que tem apresentado maiores resultados e projetado como força motora capaz de assegurar a produção agrícola de seus associados, impulsionado à economia local.

Outra se refere à APCRP, com o subprojeto de Apicultura implantado desde o ano de 2000, com 17 associados atualmente, e produzindo mel de qualidade, sendo preparado para ser exportado para o comércio exterior com previsão para o ano de 2014. Para encontrar viabilidade para a comercialização do pequeno produtor rural, a APCRP e APRUP, fomentaram as condições para sua materialização, o que possibilita aos pequenos produtores experimentarem a inclusão produtiva.

Por fim a Associação de Jovens, Padre Dario Torboli, que é de categoria social, com o subprojeto Banda de Música que vem cada dia fortalecendo a união entre os jovens, com princípios, sociais educativos, moral, ético e formativo, visando sempre fortalecer a cultura local através de apoio de parcerias e projetos, criando mecanismo para manter esta cultura secular na cidade.

Mesmo os subprojetos que não tiveram continuidade, como o de piscicultura, bovinocultura, Aves caipiras e artesanato, segundo alguns associados entrevistados, eram bons e contribuíram muito para a renda familiar na época em que estavam ativos. Segundo alguns sócios o insucesso se deu em razão de mazelas típicas da região, como seca, doenças nos animais, bem como, e principalmente pela questão do mercado, que é muito competitivo, impossibilitando na maioria das vezes o produtor rural barganhar preço para vender seu produto; o qual não consegue manter sua produção sem a venda justa. Outros sócios

entrevistados mesmo com essas dificuldades conseguiram dar continuidade a esses subprojetos, mas é uma quantidade considerada pouca em relação ao seu total, o que não nos permite dizer que o projeto em si foi bem sucedido.

É consenso entre os entrevistados que a prática associativa é a grande responsável pela melhoria das condições de infraestrutura das comunidades rurais em Portalegre e da população local de um modo geral. Assim a partir desse estudo foi possível verificar a importância da prática associativa enquanto estratégia de desenvolvimento em Portalegre.

Por fim, o estudo demonstra que o fortalecimento dessas associações dependerá, dentre vários fatores, da comunicação e aliança de muitos atores, além da necessidade de construção de vínculos com a sustentabilidade da ação coletiva, bem como a compreensão de valores e normas de conduta, tipo de gestão e capacidade de enfrentamento de dilemas como individualismo versus solidariedade; e competição versus cooperação no plano econômico.

7 Referências

BRACERAS, F. M. (Org.). **Gestão do desenvolvimento local: experiências exitosas no Rio Grande do Norte**. Natal: IICA, 2004.

BRACERAS, F. M. MATOSFILHO, J; MENESES S.F.; FAGUNDES, L.M.; OLIVEIRA L.S. A Experiência do PCR no Rio Grande do Norte. In: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura/ Projeto de Cooperação Técnica. **Relatório de Implementação (1997 – 2002)**. Natal, fev. 2005.

GAIGER, L. I. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. *et al.* (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. Pág. 162-168.

JALES, E. F. **Associativismo nos municípios rurais: uma alternativa de desenvolvimento local em Portalegre/RN**. Dissertação (Mestrado no Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2009.

MANUAL DE OPERAÇÕES: Projeto de Combate a Pobreza Rural PCPR II – Fase 2. Natal, jan. 2008.

SANTOS, A. C. L. **Cooperativismo: entre os princípios teóricos e o desenvolvimento viável, um estudo de caso**. 1998. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 1998.

TRIBUNA DO NORTE – Disponível em <http://www.portalegre.rn.gov.br/site/noticia7.htm>. Acesso em: 28 de Jan. 2014.